

Sarney diz que reforma pode ser toda negociável

"O campo de negociações é muito vasto, e praticamente não há pontos inegociáveis no que diz respeito à reforma eleitoral"

- foi o que revelou ontem o presidente do PDS, senador José Sarney, ao comentar as reivindicações de setores da Oposição no sentido de que, em troca da não efetivação da fusão dos partidos oposicionistas, o Governo abrande o seu projeto eleitoral

% O dirigente pedessista reafirmou, ainda, as acusações de que o seu partido estaria preparando casuismos para beneficiar-se eleitoralmente. Segundo ele, "a reforma eleitoral não visa a favorecer o PDS, nem tampouco à Oposição, mas simplesmente a atualizar uma legis-

lação reconhecidamente defasada em face da abertura política".

As próprias inovações que o projeto do PDS deverá trazer como a ampliação da sublegenda e a vinculação de votos aos pleitos proporcionais, são apontadas pelo senador Sarney como dispositivos naturais às atuais circunstâncias do processo político nacional. No caso da sublegenda, que a seu ver só se aplicará às próximas eleições, ele fez questão de enfatizar que beneficia mais à Oposição que o PDS, "tanto que o então MDB conseguiu eleger, em 78, todos os senadores em três Estados em função da utilização deste dispo-

sitivo".

PRÓXIMA ETAPA

Segundo o presidente do PDS, após a reforma eleitoral a próxima etapa do projeto político do Governo será a revisão constitucional, prevista para 1983. Pessoalmente, contudo, ele acha que este trabalho deveria ser realizado no próximo ano, através de um projeto amplamente negociado.

"A meu ver, é fundamental que a votação da reforma constitucional se faça sob absoluto consenso interpartidário, indispensável em se tratando de matéria de tamanha relevância para a Nação", acentuou.

CORREIO

27 JUN 1981